

Mais gastos na Câmara com o pacote? Só o normal, dizem.

Ainda não foram somados todos os gastos da Câmara dos Deputados com a discussão e votação do pacote econômico. Mas o 2º vice-presidente da Casa, Carlos Wilson, disse ontem que não haverá nenhum aumento substancial de despesas em relação ao que seria normal, tendo em vista que os deputados receberão jetons por três das quatro sessões realizadas e apenas os funcionários que efetivamente trabalharam terão direito ao recebimento de horas extras.

Carlos Wilson informou que a administração da Câmara não inovou ou tentou diminuir os gastos com o pacote, limitando-se a cumprir o parágrafo 4º do artigo 33 da Constituição, segundo o qual serão remuneradas, até o máximo de oito por mês, as sessões extraordinárias da Câmara e do Senado.

Segundo explicou o diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino, essa restrição de natureza constitucional é compensada pelas sessões conjuntas do Congresso, que não têm limite, embora variem de uma até no máximo quatro, de segunda a sexta-feira. Como o pacote foi apreciado isoladamente em cada Casa, os deputados e senadores não tiveram direito ao recebimento do benefício em todas as sessões.

Poucas sessões

O secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, chamou a atenção para o fato de o pacote não ter propiciado muitas sessões. A última, por exemplo, quando ocorreu a aprovação, começou às 13h30 de terça-feira, foi suspensa durante várias horas e acabou terminando às 5h30 da manhã de ontem, com interrupção entre as 22 horas e meia-noite, quando houve uma sessão do Congresso que resultou na derrubada do decreto-lei do ex-presidente Figueiredo, que beneficiava sete subprocuradores através da vitaliciedade. Embora o pacote te-

nha chegado ao Congresso na quarta-feira da semana passada, o processo de votação começou apenas na segunda-feira, quando foi aprovada a urgência em sessão que terminou à 1h30 da manhã de terça-feira. Nesse mesmo dia, foram realizadas mais duas, quando o pacote recebeu pareceres e emendas em plenário. A primeira foi realizada à tarde e outra à noite, encerrados os trabalhos às 4h30 da manhã.

Como no segundo dia de votação, a primeira sessão ocorreu à tarde, no horário normal das sessões ordinárias, também não houve pagamento de jeton porque, conforme Martins de Oliveira, quando uma sessão extra coincide com uma normal, o regimento interno da Câmara proíbe remuneração a mais para o deputado.

No cômputo geral, embora tenha atra- vessado duas madrugadas e atingido quase três dias, o pacote foi objeto de exame plenário durante cerca de 16 horas. Por isso mesmo, as sessões foram em número de quatro, embora, em razão de toda a Câmara ter-se debruçado sobre o problema, esse número pareça inferior ao real.

Se todos os 479 deputados tivessem recebido jetons em cada uma das sessões do pacote, o custo dessa parte dos trabalhos chegaria a Cr\$ 42.690.000. Se as quatro sessões significassem o benefício, Cr\$ 170.760.000. Contudo, apenas 352 deputados participaram da votação final (210 a favor, 72 contra e 10 abstenções), equivalendo a Cr\$ 38.772.000. Estas projeções não incluem dois gastos importantes: o material utilizado e o pagamento dos extras aos funcionários que participaram direta ou indiretamente do trabalho, como os que trabalham na Mesa, os agentes de segurança, o pessoal lotado nas lideranças partidárias, e o grupo da gráfica do Senado, que imprimiu todo o material da votação. Entretanto, a Câmara ainda não fez o levantamento da despesa dessa parte do trabalho.